



ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI-PARANÁ

Juliana Paula Ramos Boava¹; Fernando Veronezzi²

RESUMO: Candói é um município localizado na mesorregião Centro-Sul paranaense. De acordo com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010, o município apresenta um total de seis projetos de assentamentos rurais onde estão distribuídas 242 famílias que ocupam uma área total de 3.681,41 ha. A região que concentra um maior número de assentamentos é a mesorregião Centro-Sul, tal fato pode ser explicado pela predominância de população rural nos municípios dessa região que permaneceu rural mesmo com o aumento da urbanização nas últimas décadas. Outro fator de relevância nessa questão se deve ao fato que a mesorregião teve sua colonização feita através de grandes propriedades rurais que permanecem até os dias atuais. No Centro-Sul paranaense é possível encontrar projetos de assentamentos de ordem federal, estadual, do Programa Cédula da Terra e Projetos de Colonização. O município de Candói é aquele que apresenta a maior diversidade na origem dos assentamentos, sendo quatro projetos com origem na esfera federal, um projeto de Colonização e um projeto do Programa Cédula da Terra. O presente estudo caracteriza os projetos de assentamentos rurais do município, destacando a localização e histórico de implantação.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais; Candói-PR; Reforma Agrária.

1 INTRODUÇÃO

A experiência paranaense com relação ao assentamento de produtores rurais é recente. Até o ano de 1982 o INCRA não havia promovido praticamente nenhuma desapropriação de terras e nenhum assentamento rural. A única exceção foi o projeto de assentamento Pic-Ocoy, implantando em 1973 em uma área de 12.000 ha, no município de São Miguel do Iguçu. O assentamento foi fruto de pressão da ONU para preservação do Parque Nacional do Iguçu, uma vez que as famílias assentadas estavam sediadas no parque. O INCRA não possuía experiência em desapropriações e implantação de assentamentos. A área média por família era calculada pela divisão da área total pelo número de famílias que precisavam ser assentadas, independente da possibilidade de sobrevivência na área estipulada (IPARDES, 1992).

Para que o I PNRA pudesse ser executado no Paraná, o governo do estado criou a Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (SECRA), órgão que passou a ser responsável pela relação do estado com o MIRAD e de diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A SECRA, devido a dificuldades de coordenação, não conseguiu operacionalizar a reforma agrária e acabou sendo substituída pelo cargo de Secretário Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), cujos objetivos era planejar, coordenar e controlar a execução da reforma agrária (IPARDES, 1992). O SEAF sofreu boicote por parte da União dos Ruralistas, tornando-se extinto em 1989. Suas atribuições passaram a ser da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB).

De acordo com dados do INCRA, 2010, o Paraná apresenta 368 assentamentos rurais distribuídos em 134 municípios e que são oriundos de projetos de assentamentos rurais federais, estaduais, dos Programas Cédula da Terra e Reassentamento de Barragem e também de Projetos de Colonização. A região que concentra o menor número de assentamentos é a mesorregião Metropolitana de Curitiba, dos 37 municípios que a compõem apenas Morretes e Lapa possuem projetos de assentamentos rurais.

Inversa a mesorregião Região Metropolitana de Curitiba aparece o Centro-Sul, com 112 projetos de assentamentos rurais, sendo a mesorregião com a maior concentração de projetos do estado. No início dos anos 1980 a região ainda apresentava expressivas extensões de terras não exploradas e relativamente baratas, tornando-se polo de atração de pequenos agricultores com bom potencial produtivo.

Dos 29 municípios que compõem o Centro-Sul paranaense, apenas 04 não apresentam projetos de assentamentos, sendo eles: Foz do Jordão, Mato Rico, Porto Barreiro e Virmond. Tal fator demonstra que 86,2% da mesorregião possui ao menos um projeto de assentamento por município, um número bastante considerável se comparado às demais mesorregiões do estado.

¹ Licenciada e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do curso de Licenciatura em Geografia Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR.

² Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Professor QPM da rede estadual de educação do Paraná.



No Centro-Sul é possível encontrar projetos de assentamentos de ordem federal, estadual, do Programa Cédula da Terra e Projetos de Colonização. Dentre os municípios que apresentam assentamentos na mesorregião, 56% abrigam projetos oriundos somente da esfera federal, 40% são de origens diversas e 4% tem origem apenas de Projetos de Colonização.

O município de Candói é aquele que apresenta a maior diversidade na origem dos assentamentos, dentre os seis projetos de assentamentos presentes no município, quatro tem origem federal e os dois restantes têm respectivamente origens em Projeto de Colonização e no Programa Cédula da Terra, tipos de assentamento que aparecem também em outros municípios do estado. O presente artigo tem como objetivo geral caracterizar os assentamentos rurais presentes no município de Candói, destacando os tipos de projetos e histórico de implantação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A elaboração do presente estudo foi realizada em duas etapas. A primeira refere-se ao levantamento do histórico da agricultura no Paraná e no município em questão, por meio de bibliografias e dados secundários, obtidos na Prefeitura Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e outros.

Na segunda etapa foram realizadas visitas ao município e aos seis projetos de assentamentos rurais para coleta de dados referentes à localização dos assentamentos e histórico de implantação dos mesmos. Posteriormente, os dados obtidos foram tratados, gerando mapas que possibilitaram a análise e caracterização do comportamento rural de Candói.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Candói possui uma organização política e física que faz parte da região do Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.512,79 km², onde estão distribuídos 14.983 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE. O município está inserido na mesorregião Centro-Sul do estado (figura 1).

A mesorregião do centro-sul paranaense abriga 453.821 habitantes (IBGE, 2010), em 29 municípios agrupados em três microrregiões denominadas Guarapuava, Palmas e Pitanga. Sua área territorial, de 26.409,78 km², equivale a 6% do território total do estado e a densidade populacional é de 21,1 hab./km², a mais baixa dentre todas as mesorregiões. O maior núcleo urbano da mesorregião é Guarapuava, do qual faz parte o município de Candói.



**Figura 1:** Localização do município de Candói.

O Centro-Sul paranaense teve sua história de ocupação baseada nas atividades econômicas tradicionais, de caráter extensivo e extrativo. O desenvolvimento da mesorregião esteve sempre vinculado à exploração de algum recurso natural, começando pela criação de gado, que eram criados e transportados pelos tropeiros. Paralelo a este processo teve início a extração da erva-mate, e mais tarde, da madeira.

No início da década de 1970 a mesorregião constituía uma das áreas menos populosas do estado. Este panorama pode ser explicado pela concentração das atividades econômicas em grandes propriedades rurais que praticavam agricultura de subsistência, contando com trabalho escravo e familiar, não havendo comunicação com outras áreas que apresentassem atividades mais dinâmicas, fator este que freava a ocupação regional.

As terras do município de Candói foram imemorialmente habitadas pelos índios Votorões, da nação Caingangue. O ato pioneiro de desbravamento da região coube ao capitão Manoel Elias de Araújo e sua mulher Clara Magdalene dos Santos, proprietários de grande área de terras entre os rios Cavernoso, Jordão e Iguazu (FERREIRA, 1999).

Em 21 de dezembro de 1892, foi criado o Distrito Policial de Candoy. No dia 05 de abril de 1913, através da Lei Estadual nº 1.316, foi criado o Distrito Administrativo. Em 30 de dezembro de 1948, por meio da Lei Estadual nº 199, foi alterada a grafia de Candoy para Candói.

No dia 27 de agosto de 1990, pela Lei Estadual nº 9.353, foi criado o município, com território desmembrado do município de Guarapuava. A instalação oficial deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Com relação às características físicas da mesorregião Centro-Sul, a alteração das rochas basálticas, associada ao clima da região, deu origem aos solos do tipo terra roxa, nos quais os solos mais profundos ocupam áreas mais aplainadas e suavemente onduladas, enquanto as superfícies de maiores declividades são ocupadas por solos rasos, dentre os quais se ressalta cinco tipos: latossolos, latossolo bruno e roxo, terra roxa estruturada, litólicos e cambissolos. (MAACK, 1968). Os solos onde estão localizadas as terras que formam o município de Candói possuem fertilidade regular.

Na maior parte da mesorregião ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 16°C, com chuvas entre 1.600 e 1.900 mm. Nos campos de Guarapuava e Palmas (área onde se localiza o município de Candói) as temperaturas são diferenciadas dos demais municípios da mesorregião, com até 23°C no mês mais quente, e no mês mais frio inferior a 13°C, com mais de cinco geadas noturnas e precipitação anual de 1.800 mm (MAACK, 1968). No Centro-Sul estão presentes três biomas distintos: a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e os Campos Naturais (CAM), bioma onde se encontra o município de Candói.

Segundo dados do IPARDES (2012) 57,9% dos estabelecimentos agropecuários tem como atividade econômica principal a lavoura temporária. Em segundo lugar, com 34,4%, aparece a pecuária e criação de outros animais. Dentre os 1780 estabelecimentos presentes no município, 1285 tem o produtor como proprietário, o restante dos estabelecimentos estão divididos entre arrendatários, assentados sem titulação definitiva, ocupantes e parceiros.

Candói produz principalmente milho, soja e trigo, culturas que apresentam boa produtividade no município, uma vez que o mesmo apresenta as condições de solo, temperatura e precipitação necessárias a tais tipos de culturas. O município é também o maior produtor de canola no Paraná (figura 2). A produção da mesma é encaminhada para Maringá e depois de pronto, o óleo é vendido para diversas indústrias.

**Figura 2:** Plantação de canola em Candói – PR.
RAMOS, J. P. - 2012



No município está localizada a usina hidrelétrica de Santa Clara. Inaugurada em outubro de 2005, a usina produz 118 megawatts de potencia e foi construída pela Copel com participação privada. Instalada em uma área de 2.115 hectares e com barragem de 72 metros de altura, a usina pode gerar energia suficiente para alimentar um município de até 600.000 habitantes.

A criação de assentamentos rurais se dá por meio de políticas públicas que visam atenuar os conflitos gerados no campo, e envolve a forma como dever ser estruturada a propriedade agrícola para pequenos produtores. Segundo o INCRA (2008):

Assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitir na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

Tsakamoto e Asari (2003, p. 485) colocam que “o processo de assentamento se dá por etapas, uma vez que há muitas famílias na lista dos interessados em conquistar um pedaço de terra”. Muitas vezes, até que a terra seja conquistada, é necessário acampamento em terras improdutivas como forma de pressionar as autoridades responsáveis pela reforma agrária.

Candói apresenta seis projetos de assentamentos rurais (figura 3), sendo eles: PC³ Ilhéus, PA⁴ Colônia São João Batista, PA Águas de Santa Clara, PA Mata do Cavernoso, PA União São Pedro e PCT⁵ Rio Bonito. Há ainda o PA 08 de outubro, projeto de assentamento criado, mas que ainda se encontra em fase de instalação das famílias a serem assentadas. Tal projeto será capaz de abrigar 10 famílias. A área ainda não conta com a instalação de energia elétrica e construção de estradas.



Figura 3: Localização dos assentamentos no município.

De acordo com dados do INCRA, dentre os seis assentamentos, quatro são de esfera federal e os dois restantes tem origem em projeto de Colonização e no Programa Cédula da Terra (figura 4).

³ PC: Projeto de Colonização.

⁴ PA: Projeto de Assentamento Federal

⁵ PCT: Projeto de Assentamento do Programa Cédula da Terra.



O projeto Cédula da Terra foi instituído em 1997. Inicialmente com o nome de Projeto São José (1996), ele atendeu algumas regiões do estado do Ceará e, no ano seguinte, estendeu-se para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Chamado de "reforma agrária de mercado", o Cédula da Terra, em linhas gerais, foi o processo de compra de propriedades por meio da negociação direta entre uma organização de trabalhadores rurais associados e o proprietário da terra. A intermediação ficava a cargo do governo estadual, que avaliava o imóvel, definia seu valor de mercado e o teto para financiamento. Nos casos em que a proposta era aceita, o valor da terra nua mais as benfeitorias eram pagas ao proprietário do imóvel e a associação de trabalhadores contraía um empréstimo junto ao banco, tendo o prazo de três anos de carência para começar a pagar as prestações da dívida. O tamanho dessas propriedades deveria ser menor do que quinze módulos fiscais, ou seja, estar abaixo do valor estipulado para as áreas de reforma agrária.

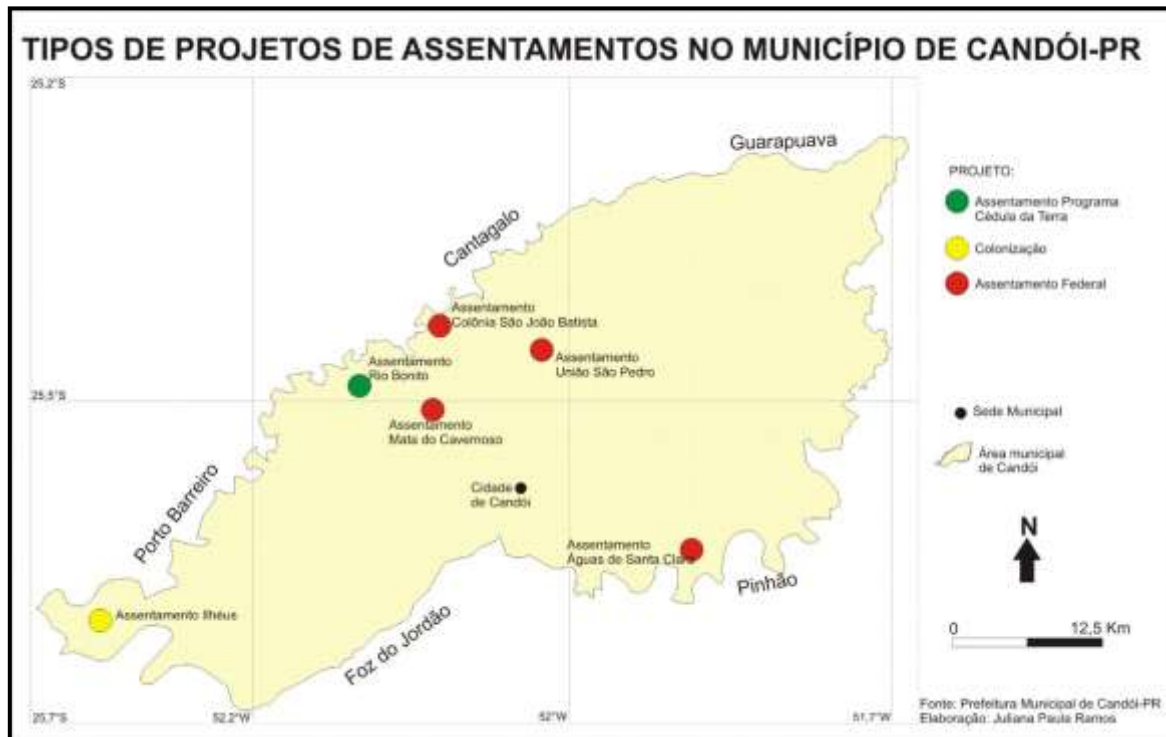


Figura 4: Tipos de projetos de assentamento em Cândói.

O número de famílias por assentamento varia entre 05 e 79 (figura 5). O PC Ilhéus se destaca pelo maior número de famílias assentadas, seguido do PA Mata do Cavernoso. O PCT Rio Bonito é aquele que apresenta o menor número de famílias assentadas, 05 apenas.

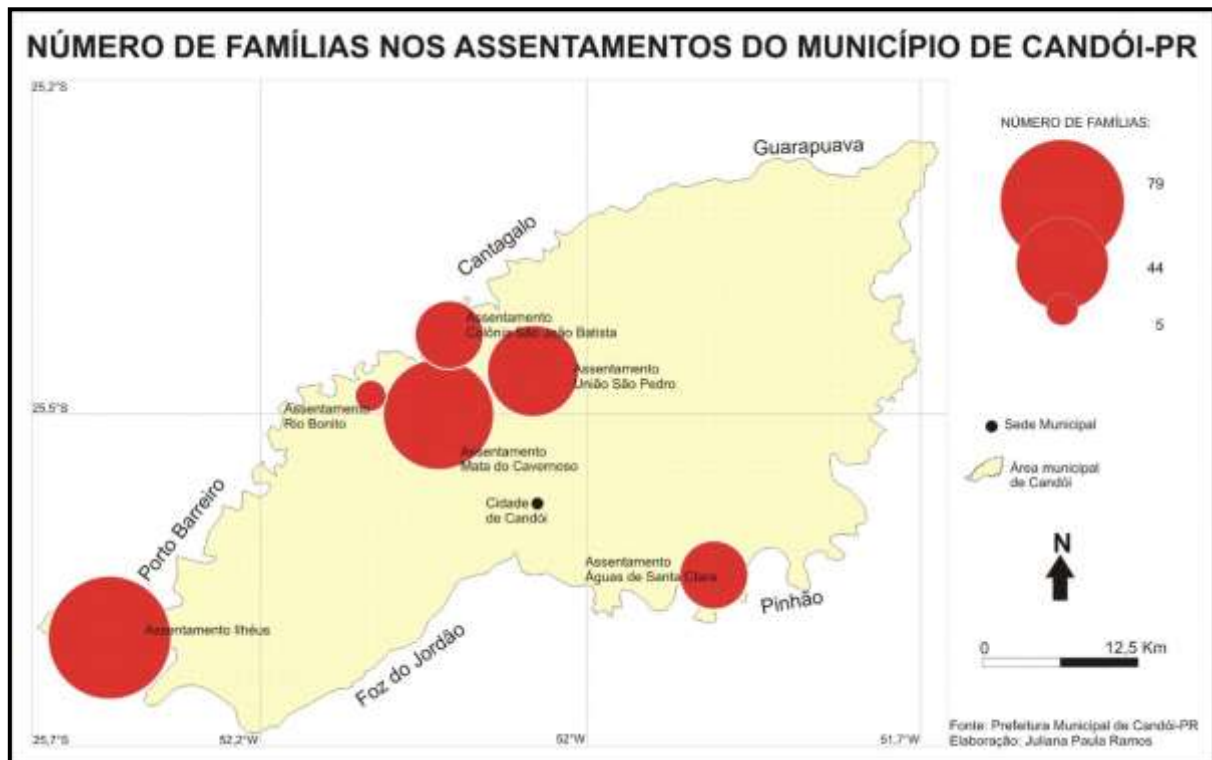


Figura 5: Número de famílias por assentamento.

Os projetos de assentamentos rurais presentes no município de Candói não apresentam relação direta com o MST. Apesar de alguns assentados manterem relações com o movimento, no geral, os assentamentos não carregam a bandeira do movimento sem terra. As ocupações realizadas em algumas áreas e que ocasionaram na criação de alguns assentamentos foram realizadas por grupos independentes. O PA Mata do Cavernoso inclusive, se caracteriza como Bandeira Branca, assentamento que não apresenta nenhuma relação com o MST.

A criação de assentamentos rurais no município de Candói é proveniente de períodos e representantes políticos distintos. O primeiro assentamento, criado em 1984 quando o município ainda era distrito de Guarapuava, e classificado como Projeto de Colonização, surgiu no mandato do último presidente do período da ditadura militar. Para Bergamasco e Norder (1996) os projetos de colonização foram “formulados durante o regime militar, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola”.

Em 1986 foi criado o segundo projeto de assentamento do município, também de origem federal, sob o governo de José Sarney, cujo objetivo era efetivar o Estatuto da Terra. Durante seu governo 90.000 famílias foram assentadas, (6,7%) do total prometido. (ANDRIOLI, 2003). Treze anos após, foram criados mais dois assentamentos no município, o PA Águas de Santa Clara e PA Mata do Cavernoso, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seu primeiro mandato (1994-1997), FHC tinha como objetivo atenuar os problemas fundiários, criando assentamentos rurais para diminuir os conflitos existentes no campo. Fernandes (2003, p. 33) coloca que o atual presidente “acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido”.

O assentamento Rio Bonito, proveniente do Programa Cédula da Terra, foi criado em 2000, sob o mandato do governador Jaime Lerner, que em seu governo esteve preocupado em criar novas formas de assentamento rural, como é o caso das Vilas Rurais. O mesmo defendia que o Paraná estava realizando o maior programa de assentamento rural do País (as vilas rurais). Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra.

O projeto de assentamento mais recente do município teve sua implantação no ano de 2001, período do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma medida que caracterizou o segundo mandato de FHC, segundo Coca (2008):

[...] foi à adoção do MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado. Isso aconteceu através da criação do Banco da Terra que visava financiar a compra de terras para constituição de assentamentos rurais. Para tal, o Banco estabeleceu uma linha de crédito fundiário controlada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, através de recursos do Banco Mundial. Os



maiores favorecidos por tal política foram os latifundiários que passavam a receber o dinheiro a vista pelas terras vendidas. (COCA, 2008, p. 19-20)

Os assentamentos rurais do município de Candói apresentam diversidade de tempos de existência, de políticas de Reforma Agrária e de escalas de poder, fatores que influenciam na caracterização dos mesmos.

4 CONCLUSÃO

Embora haja diferenças no processo de implantação dos assentamentos rurais, que variam entre projetos federais, de Colonização e do Programa Cédula da Terra, as divergências entre os seis projetos de assentamento são principalmente ligadas a questões econômicas. A estrutura dos lotes é semelhante em todos os casos.

Por meio de políticas públicas e ações governamentais, e principalmente com a criação do INCRA, a implementação de projetos de assentamentos rurais torna-se possível, visando à permanência e manutenção do homem no campo. Cabe ressaltar que a criação de assentamentos não atende a toda demanda de trabalhadores sem terra, fator este que contribui para constantes ocupações e acampamentos em terras suscetíveis a reforma agrária.

Cabe destacar a importância que tem a geografia na elaboração de estudos socioeconômicos. A mesma nos permite diagnosticar, avaliar e propor medidas que contribuem na melhora da qualidade de vida da população. A aplicação da pesquisa aponta a atual situação do espaço agrário paranaense e de Candói, fazendo com que as políticas públicas possam ser construídas a partir da realidade do campo.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade.** Revista Espaço Acadêmico, n. 31, dez./2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

COCA, E. L. de F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamento no Brasil: Compreender a Diversidade e a Atualidade da Reforma Agrária Brasileira – Estudo dos Assentamentos das Regiões Norte e Nordeste.** Presidente Prudente, 2008. FAPESP. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosfapesp.php>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

FERREIRA, J.C.V. **O Paraná e seus municípios.** Cuiabá : JVC Ferreira, 1999.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Banco de dados – SIDRA.** Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Nota técnica. Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nota_tecnica_censo_agropecuario_2006.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2015.

_____. **Assentamentos rurais no Paraná.** Curitiba, 1992, p. 19-64.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná.** BRDE/ IBPT/ UFPR, Editora Max Roesner, Curitiba, 350 p., 1968.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. **Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação.** Geografia (Londrina), v. 12, n. 1. 2003.